

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO  
SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL  
DEPARTAMENTO DE APOIO A AQUISIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO FAMILIAR  
Esplanada dos Ministérios – Bloco C – Sala 447  
70.046-900 – Brasília, DF  
Tel: (61) 2030-1185/1108 – e-mail: paacomprainstitucional@mds.gov.br

## Relatório de Execução - 2016



**MODALIDADE COMPRA INSTITUCIONAL**

MINISTÉRIO DO  
DESENVOLVIMENTO  
SOCIAL



**CAIO TIBÉRIO DORNELLES DA ROCHA**

Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

**JOSÉ PAULO DE ALMEIDA**

Diretor do Departamento de Apoio à Aquisição e à Comercialização da Produção Familiar

**HETEL LEEPKALN DOS SANTOS**

Coordenadora-Geral de Aquisição e Distribuição de Alimentos

**Equipe Técnica:**

**CLÁUDIA REGINA ATAIDE DE PAULA**

Coordenadora

**VIVIANE FERNANDES DE ALBUQUERQUE**

Analista Técnica de Políticas Sociais

**ELAINA CARVALHO LEMOS DE OLIVEIRA**

Analista Técnica de Políticas Sociais

**RACHEL ALVES PEREIRA DE MELLO**

Analista Técnica de Políticas Sociais

**JOSÉ CARLOS MARTINEZ FERNANDEZ**

Consultor - FAO

**FLÁVIA INÊS CARVAJAL PEREZ**

Consultora - FAO

**WELLINGTON DIAS DOS SANTOS**

Assistente Administrativo

**Apoio:**

**GUSTAVO CORREIA DE ASSIS E ANA PAULA PIEDADE PEDROSA**

## APRESENTAÇÃO

*É com alegria que compartilhamos o Relatório do andamento das aquisições de alimentos da agricultura familiar realizadas pelos órgãos públicos com recursos próprios.*

*Para facilitar a leitura, dividimos o relatório em 3 partes. A primeira parte, apresenta a Modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA-CI) destacando os objetivos e o público beneficiário dessa política pública. Já a segunda parte é o coração do relatório de execução referente ao ano de 2016, apresentando as aquisições realizadas através da legislação federal (PAA-CI) e das legislações estaduais, cooperativas e órgãos participantes.*

*Importante destacar que no momento, nosso monitoramento reflete apenas o que é realizado através da equipe técnica da CGDIA/SESAN/MDSA e que estamos trabalhando para inclusão no monitoramento realizado pelo Ministério do Planejamento à partir de 2017. Outra observação necessária se faz aos estados que utilizam legislação específica e que não utilizam o sistema da União, ligado ao Ministério do Planejamento e que por isso, alguns valores apresentados podem ainda estar subestimados.*

*A terceira parte apresentamos a execução acumulada no período 2012 a 2016, para ajudar na avaliação da evolução das aquisições realizadas dessas modalidades, com gráficos que sinalizam os maiores compradores e os desafios para esse segmento.*

*Enfim, desejamos contribuir com o tema e fortalecer as estratégias adotadas consolidando mercado para os agricultores familiares junto aos órgãos públicos no abastecimento de seus equipamentos. Para isso, grande esforço tem sido dispensado e registramos aqui nosso agradecimento a todos os parceiros, equipe técnica, gestores, técnicos e agricultores que nos apoiam e nos inspiram a continuar todos os dias.*

*Boa Leitura!*

**Hetel Leepkaln dos Santos**  
Coordenadora Geral

## **1. A MODALIDADE COMPRA INSTITUCIONAL DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA-CI)**

A modalidade do PAA Compra Institucional, inovação do Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, é definida como compra da agricultura familiar realizada por meio de chamada pública para o atendimento de demandas de consumo de alimentos, por parte de órgão, entidade ou instituição da administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Pelo Decreto N° 8.473, de 22 de junho de 2015 foi estabelecido, no âmbito da Administração Pública Federal, o percentual mínimo de 30%, destinado à aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações que entrou em vigor em 1° de janeiro de 2016.

As aquisições de alimentos provenientes da agricultura familiar, no âmbito desta modalidade, são realizadas com dispensa do procedimento licitatório, desde que, cumulativamente, sejam atendidas as seguintes exigências:

- I. Os preços compatíveis com os vigentes no mercado, em âmbito local ou regional, aferidos e definidos segundo metodologia instituída pelo GGPAA;
- II. Os beneficiários fornecedores e organizações fornecedoras comprovem sua qualificação por meio da apresentação da Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP ou por outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, em articulação com outros órgãos da administração pública federal, em suas respectivas áreas de atuação;
- III. Sejam respeitados os valores máximos anuais, por órgão comprador, para aquisições de alimentos, quais sejam:
  - a) R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por unidade familiar; e
  - b) R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) por Organização Fornecedora, respeitados os limites por unidade familiar; e
- IV. Os alimentos adquiridos sejam de produção própria dos beneficiários fornecedores e cumpram os requisitos de controle de qualidade dispostos nas normas vigentes.

### **1.2. OBJETIVOS DA MODALIDADE**

- Promover o acesso da agricultura familiar no mercado das compras públicas;
- Promover à população o acesso à alimentação em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável;
- Incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar;
- Valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos;
- Incentivar a agricultura familiar, fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização;
- Estimular o cooperativismo e o associativismo; promover hábitos alimentares saudáveis em nível local e regional.

### **1.3. BENEFICIÁRIOS**

**Beneficiários Consumidores:** público atendido por quem fornece refeições como hospitais, quartéis, presídios, restaurantes universitários, refeitórios de creches e escolas filantrópicas, entre outros.

**Beneficiários Fornecedores:** público apto a fornecer alimentos ao PAA, quais sejam, os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e de demais povos e comunidades tradicionais, que atendam aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006; e

**Organizações fornecedoras:** cooperativas e outras organizações formalmente constituídas como pessoa jurídica de direito privado que detenham a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) - DAP Especial Pessoa Jurídica ou outros documentos definidos por resolução do GGPA.

#### 1.4. PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA MODALIDADE

Quadro Resumo do Processo de Implementação	
<b>Articulação</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ MDS apresenta a Modalidade Compra Institucional por meio de encontros, seminários e reuniões com gestores públicos da Administração Direta e Indireta.</li><li>✓ Órgão público manifesta interesse em realizar a chamada pública e solicita apoio técnico ao MDS.</li><li>✓ MDS disponibiliza documentos referentes ao marco legal e modelos de Chamada e de Contrato contendo orientações a respeito dos procedimentos e assessora os órgãos gestores a formalizarem suas chamadas bem como a construção de marco legal estadual.</li></ul>
<b>Planejamento</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ MDS busca junto aos empreendimentos da agricultura familiar, através de formulário específico, conhecer a oferta dos produtos da agricultura familiar, disponíveis no momento de cada chamada, o volume e a especificação técnica de cada produto.</li><li>✓ MDS e órgão comprador, avaliam edital das chamadas e itens referentes à demanda e oferta disponível, cotação de preços adotada e logística necessária.</li><li>✓ Órgão público lança a chamada e MDS apoia na divulgação junto as cooperativas/associações via Portal de Compras da Agricultura Familiar</li></ul>
<b>Coleta de dados</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ MDS monitora junto aos órgãos executores e parceiros as chamadas realizadas, resultados e oferta apresentada como: recursos investidos, alimentos adquiridos, nº de cooperativas contratada, qualidade dos produtos ofertados, entre outros.</li><li>✓ MDS consolida os dados enviados, sistematiza as informações.</li></ul>
<b>Análise e disseminação dos resultados</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ MDS elabora relatórios analíticos e divulga os resultados por meio de reuniões/encontros anuais com Cooperativas/Associações e Órgãos Compradores.</li></ul>
<b>Ações de melhorias</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ MDS em conjunto com órgãos públicos identifica os pontos fortes e fracos do processo e propõe melhorias para futuras chamadas públicas (quando necessário).</li></ul>

Fonte: CGDIA/SESAN, fev./2017.

#### 1.5. LEGISLAÇÃO FEDERAL X LEGISLAÇÃO ESTADUAL

A modalidade do PAA Compra Institucional foi criada pelo Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, e tem as disposições de sua sistemática de funcionamento na Resolução nº 50, de 26 de setembro de 2012, alterada pela Resolução nº 64, de 20 de novembro de 2013, emitidas pelo Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos (GGPA). Além da legislação federal, que criou a modalidade do PAA Compra Institucional, existem legislações estaduais instituindo seus próprios programas de

aquisição de produtos da agricultura familiar. Conforme mostrado abaixo, os estados de SP, RS, DF e MG, apresentam programas estaduais instituídos por legislação própria que dialogam com MDSA para fortalecimento de ações comuns. Ainda outros estados como SC, GO, BA e MA também discutem processos estaduais específicos.

<b>LEGISLAÇÕES ESTADUAIS</b>	
<b>Leis publicadas</b>	
<b>SP</b> out/2011	<b>Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social - PPAIS</b> Lei Nº 14.591, de 14 de outubro de 2011 e Decreto Nº 57.755, de 24 de janeiro de 2012.
<b>RS</b> jan/2012	<b>Política Estadual para Compras Governamentais da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e da Economia Popular e Solidária - Compra Coletiva/RS</b> Lei Nº 13.922, de 17 de janeiro de 2012 e Decreto Nº 49.338, de 05 de julho de 2012.
<b>DF</b> fev/2012	<b>Programa de Aquisição da Produção da Agricultura - PAPA/DF</b> Lei Distrital Nº 4.752, de 07 de fevereiro 2012 e Decreto Nº 33.642, de 02 de maio de 2012.
<b>MG</b> jan/2013	<b>Política Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAAFamiliar</b> Lei Nº 20.608, de 07 de janeiro de 2013 e Decreto Nº 46.712, de 30 de janeiro de 2015.
<b>Leis em elaboração/Estudo</b>	
<b>SC</b>	Política Estadual para compras governamentais da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e da Economia Popular e Solidária – <b>Compra Coletiva/SC.</b>
<b>GO</b>	Estabelece a Política Estadual para compras governamentais da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais – <b>Compra AFER/GO.</b>
<b>BA</b>	Programa Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – <b>PAA BAHIA.</b>
<b>MA</b>	Programa de Compras da Agricultura Familiar - <b>PROCAF</b>

Fonte: CGDIA/SESAN, fev./2017.

## **1.6. ESTIMATIVA DO MERCADO POTENCIAL PARA COMPRAS PÚBLICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR**

De acordo com levantamento realizado pela Coordenação Geral de Aquisição e Distribuição de Alimentos (CGDIA/SESAN), das compras realizadas apenas pelos órgãos da união em 2015 junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP, verificou-se um potencial de oferta anual de alimentos em torno de R\$ 2,7 bilhões para agricultura familiar, com destaque para as aquisições realizadas pelas unidades das forças armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica), seguidas das aquisições da área da educação (Universidades Federais e Institutos Federais) e saúde (hospitais públicos e universitários).

## 2. MONITORAMENTO DAS AQUISIÇÕES DE ALIMENTOS REALIZADAS POR ÓRGÃOS PÚBLICOS COM RECURSOS PRÓPRIOS -EXECUÇÃO em 2016

### 2.2. Mercado Aberto

Por meio da legislação federal (PAA-CI) e pelas legislações estaduais vigentes, foi aberto em 2016, um mercado para a agricultura familiar no montante de R\$70.266.302,95, dos quais foram efetivamente contratados até o momento (fevereiro/17), R\$54.182.014,84, com investimento que ainda se encontra em processo de contratação somando R\$ 6.727.747,52. Dos R\$70.266.302,95, pela Legislação Federal, em 2016, o mercado aberto foi de R\$ 61.854.410,32 e por meio de legislações Estaduais o valor chegou a R\$ 8.338.578,38.

### 2.3. Valores contratados

Por meio do PAA-CI (Legislação Federal), em 2016, foram realizadas 64 chamadas públicas, sendo 55 chamadas realizadas por órgãos da União e prefeituras, que fizeram uso da legislação Federal, somando um total de aquisição no valor de R\$45.843.436,46.

Temos no Brasil 4 estados que possuem legislação específica que orientam as aquisições governamentais da agricultura familiar: SP - Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social – (PPAIS), RS (Compra Coletiva), MG - Política Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – (PAA Familiar) e DF - Programa de Aquisição da Produção da Agricultura (Papa DF). Destes, em 2016, apenas o estado de SP e o DF tiveram execução. Foram 9 chamadas realizadas por legislações específicas, que somaram R\$ R\$ 8.338.578,38

Nos quadros I e II a seguir, são demonstrados detalhamento das aquisições monitoradas pela CGDIA/SESAN, dos editais publicados, valores contratados e mercado aberto.

**Quadro I:** Mercado aberto para agricultura familiar em 2016 por “Legislação” – Federal (PAA-CI) ou Legislação Estadual (Em R\$)

Chamadas por Legislação	Mercado Aberto	Valor Contratado	Em Contratação	Não Contratado
PAA-CI (Legislação Federal)	61.854.410,32	45.843.436,46	6.654.433,27	9.356.540,59
PAPA/DF (Legislação Estadual)	380.638,65	307.324,40	73.314,25	0,00
PPAIS/SP (Legislação Estadual)	8.031.253,98	8.031.253,98	0,00	0,00
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>70.266.302,95</b>	<b>54.182.014,84</b>	<b>6.727.747,52</b>	<b>9.356.540,59</b>

Fonte: CGDIA/SESAN, fev./2017.

OBS - O valor não executado foi de aproximadamente R\$ 9,3 milhões, e sinaliza a existência de fatores que necessitam ser qualificados na fase de elaboração dos editais como: tempo de abertura do edital que não deve ser inferior a 10 dias; melhor estratégia para divulgação para AF; articulação com empreendimentos da região, preço dos produtos coerente com o mercado, quantidades solicitadas competitivas para os empreendimentos, entre outros.

**Quadro II:** Monitoramento CGDIA dos editais de chamadas publicadas pelo PAA-CI e legislações estaduais em 2016

Órgão Comprador	Programa	Mercado Aberto	VALOR TOTAL CONTRATADO	Em Contratação
Governo do Distrito Federal (GDF)	PAPA/DF	380.638,65	307.324,40	73.314,25
Governo do Estado de São Paulo	PPAIS/SP	8.031.253,98	8.031.253,98	
Ministério da Defesa (MD)	PAA CI	21.888.419,70	15.410.352,64	1.645.696,48
Ministério da Educação (MEC)		18.508.808,65	9.368.540,68	4.876.985,26
Ministério da Saúde (MS)		2.204.199,00	2.204.199,00	
Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA)		18.281.742,10	18.281.742,10	
Prefeitura Municipal de Messias		596.230,80	335.343,50	
Prefeitura Municipal de Teixeira de Freitas		243.258,54	243.258,54	
Prefeitura Municipal de Viçosa		131.751,53	0,00	131.751,53
<b>Total Geral</b>			<b>70.266.302,95</b>	<b>54.182.014,84</b>

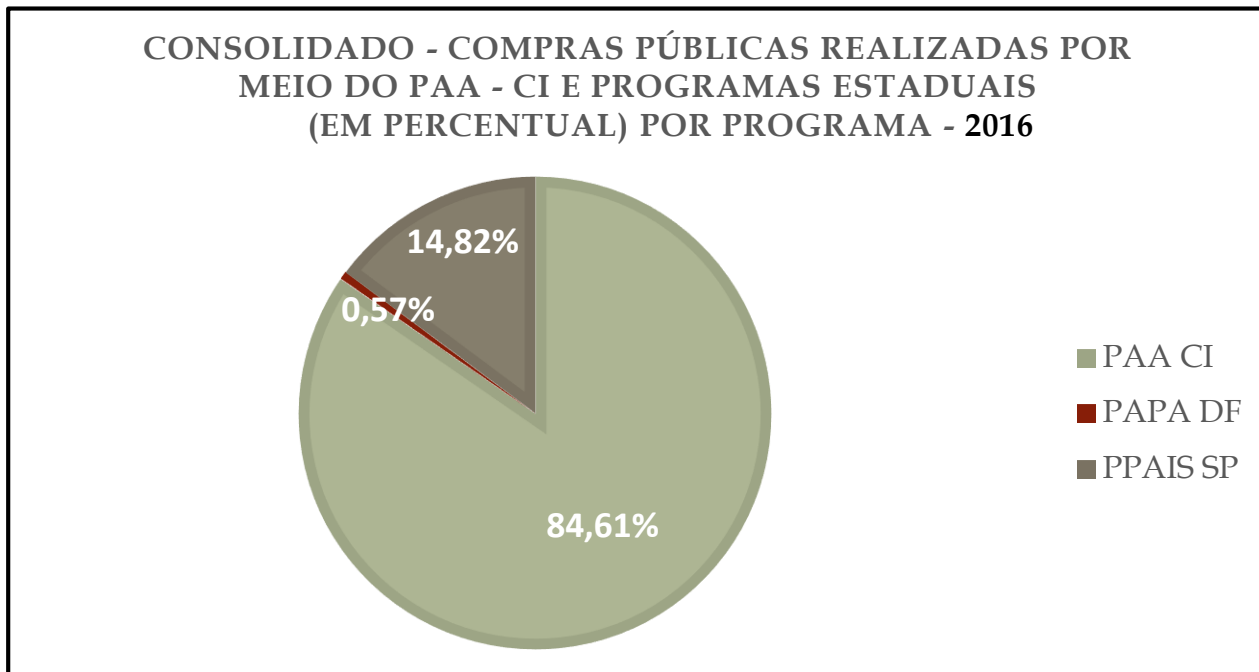
Fonte: CGDIA/SESAN, fev./2017.

O Quadro II, detalha as contratações por órgãos executor onde é possível perceber o não atendimento total dos valores programados pelo Ministério da Defesa e da Educação. Nesse caso, os problemas podem ser os mesmos citados a cima, ou ainda, o edital ter previsto produtos que não são produzidos, pela agricultura familiar no momento da chamada ou tipificação não disponível para a agricultura familiar.

Nos Gráficos I e II abaixo, identificação em percentuais, da participação de cada programa (Estaduais e Federal), nas compras públicas da agricultura familiar em 2016. No Gráfico I é possível observar que quase noventa por cento do total da aquisição de alimentos realizadas pelos órgãos por meio de modalidades de compras públicas utilizaram a legislação federal. Este fato pode ser um indicativo de uma gestão orçamentaria mais restritiva nos Estados ou contratos ainda vigentes do ano anterior.



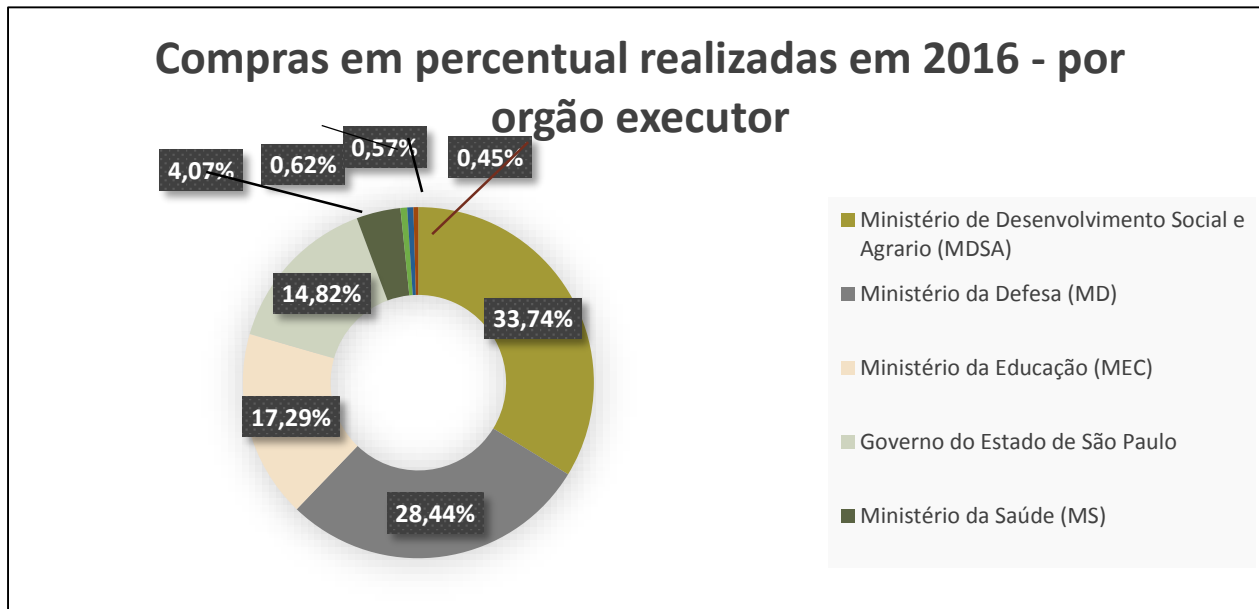
**Gráfico I:** Percentual de compras realizadas em 2016 por “Legislação”.



Fonte: CGDIA/SESAN, fev./2017.

Já no Gráfico II observamos que os dois maiores executores são: O Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (33,74%) e o Ministério da Defesa (28,44%) O primeiro em função das aquisições realizadas para atendimento a ADA (Ação de Distribuição de Alimentos). O segundo por ser o órgão com a maior demanda de alimentos entre as entidades federais.

**Gráfico II:** Compras em Percentual realizadas em 2016 por “Órgão Executor”



Fonte: CGDIA/SESAN, fev./2017.

## 2.4. EMPREENDIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR BENEFICIADOS

Os recursos efetivamente investidos durante esse período beneficiaram um total de 151 empreendimentos detentores de DAP Jurídica. Destes, 79 empreendimentos comercializaram seus produtos em 2016 pela modalidade Compra Institucional do PAA-CI conforme relação por estado detalhada abaixo.

**Quadro IV:** Empreendimentos da AF que comercializaram pelo PAA-CI em 2016

EMPREENDIMENTOS DA AF	ÓRGÃO COMPRADOR
<b>AL</b>	
Cooperativa Pindorama -Cooperativa Agroindustrial Dos Produtores Rurais Da Colônia Pindorama	Ministério da Defesa e Forças Armadas
Associação Comunitária Do Assentamento Flor Do Bosque	Prefeitura Municipal de Messias
Cooperativa Agropecuária De Campo Grande - Coopeagro	Ministério da Defesa e Forças Armadas
Cooperativa De Produção Leiteira De Alagoas - CPLA	Prefeitura Municipal de Messias
Cooperativa Dos Pequenos Produtores Do Vale Do Mundaú - Coopervale do Mundaú	Prefeitura Municipal de Messias
Cooperativa Dos Produtores De Mel De Abelha E Derivados Ltda.	Prefeitura Municipal de Messias
<b>AM</b>	
Associação Dos Trabalhadores Agro Extrativista De Eirunepé	MDSA / CONAB
<b>BA</b>	
Apiexsu - Associação Dos Apicultores Do Extremo Sul Da Bahia	Prefeitura Municipal de Teixeira de Freitas
Associação Dos Produtores Rurais Da Costa Da Baleia E Do Descobrimento	Prefeitura Municipal de Teixeira de Freitas
Associação Dos Trabalhadores Na Agricultura Familiar Da Comunidade Arara	Prefeitura Municipal de Teixeira de Freitas
Cooperativa Da Agricultura Familiar E Economia Solidária Do Vale Do Jiquirica - Cooama	(Ministério da Educação) Instituto Federal Baiano – Campus Santa Inês
Cooperativa Dos Trbalhadores Na Agricultura Familiar – Coopeipe	(Ministério da Educação) Instituto Federal Baiano – Campus Santa Inês
<b>DF</b>	
Aprofal - Associação De Produtores Rurais Da Fazenda Larga	Ministério da Defesa e Forças Armadas
Aspag - Associação Dos Produtores Rurais De Alexandre Gusmão	Ministério da Defesa e Forças Armadas
Aspraf - Associação Dos Produtores Rurais Agricultura Familiar Do Sobradinho	Ministério da Defesa e Forças Armadas
Associação Mista Dos Agricultores Familiares, Orgânico E Produtores Rurais Do Distrito Federal E Entorno	Ministério da Defesa e Forças Armadas

Avina - Associação Dos Produtores Rurais Da Avicultura Alternativa Do DF	Ministério da Defesa e Forças Armadas
Cooper Horti - Cooperativa Agrícola Buriti Vermelho	Ministério da Defesa e Forças Armadas
<b>Não Informado</b>	(GDF) Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento
<b>GO</b>	
Cooperativa Dos Produtores Rurais De Planaltina De Goiás E Região (Prorural)	Ministério da Defesa e Forças Armadas
<b>MG</b>	
Associação Comunitária Familiar Dos Produtores Do Pão De Açúcar	(Ministério da educação) Universidade Federal de Ouro Preto
Associação Dos Agricultores Familiares De Piedade	(Ministério da educação) Universidade Federal de Ouro Preto
Associação Dos Pequenos Produtores Rurais De Santo Inácio	(Ministério da educação) Universidade Federal de Ouro Preto
Cooperativa Dos Agricultores Familiares De Poço Fundo E Região - Coopfam	Ministério da Defesa e Forças Armadas
<b>MS</b>	
Cooperativa Dos Produtores Rurais Da Agricultura Familiar De Corumbá, Ladário E Região	(Ministério da Defesa) Marinha do Brasil – Centro de Intendência da Marinha em Ladário
<b>PI</b>	
Associação De Desenvolvimento Comunitário Rural	(Ministério da Educação) Instituto Federal do Piauí – Campus São João do Piauí
<b>PR</b>	
Coafaso - Cooperativa Da Agricultura Familiar E Solidária Do Oeste Do Paraná	(Ministério da Defesa) Capitania Fluvial do rio Paraná
Cooperativa Agroindustrial Da Lapa	MDSA / CONAB
Cooperativa Agropecuária De Produtos Orgânicos	MDSA / CONAB
Cooperativa Da Agricultura Familiar Integrada De Realeza	MDSA / CONAB
Cooperativa De Produção Agropecuária Vitória – Copavi	MDSA / CONAB
<b>RN</b>	
AFCC - Associação Dos Agricultores Familiares Da Comunidade De Campinas	(Ministério da Educação) Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Amprorqua - Associação Das Mulheres Produtoras Rurais Comunidade Quandu Adjacências Município Currais Novos	(Ministério da Educação) Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Associação Dos Produtores Rurais Do Trangola	(Ministério da Educação) Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Capesa	(Ministério da Educação) Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Cooafam - Cooperativa de Agricultores E Agricultoras Familiares de Mossoró e Região	(Ministério da Educação) Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Cooafarn - Cooperativa Central Da Agricultura Familiar do Estado do Rio Grande Do Norte	(Ministério da Educação) Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Coofap - Cooperativa Da Agricultura Familiar De Apodi	(Ministério da Educação) Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Coopapi - Cooperativa Potiguar De Apicultura E Desenvolvimento Rural Sustentável	(Ministério da Educação) Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Coopserido -   Cooperativa De Desenvolvimento Rural Sustentável De Agricultores Familiares do Seridó	(Ministério da Educação) Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Guancoop - Cooperativa Dos Produtores Rurais De Guanduba	(Ministério da Educação) Instituto Federal do Rio Grande do Norte
<b>RO</b>	
Cooperativa De Produtores Rurais De Agroindústria E Da Agricultura Familiar De Jarú E Região - Coajar	MDSA / CONAB
<b>RS</b>	
Camnpal - Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma Ltda	(Ministério da Defesa) 3º Batalhão de Suprimento
Cecaf-Cooperativa Central De Comercialização Da Agricultura Familiar	(Ministério da Educação) Instituto Federal do Rio Grande do Sul – Campus Sertão
Coopasvale - Cooperativa Agrícola De Passo Do Sobrado E Vale Verde Ltda	(Ministério da Defesa) 3º Batalhão de Suprimento
Cooperativa Agroindustrial Nova Aliança Ltda	(Ministério da Defesa) 3º Batalhão de Suprimento
Cooperativa Agropecuária De Arroio Do Padre - Coopap	(Ministério da Defesa) 8ª Brigada de Infantaria Motorizada
Cooperativa Agropecuária De Sertão Santana	MDSA / CONAB
Cooperativa Da Agricultura Familiar De Ivora	(Ministério da Educação) Instituto Federal De Farroupilha
Cooperativa De Agricultores E Agroindústrias Familiares De Caxias Sul - Caaf	(Ministério da Educação) Universidade Federal do rio Grande do Sul
Cooperativa De Produção Agropecuária Nova Santa Rita – Coopan	MDSA / CONAB
Cooperativa De Produção E Consumo Familiar Nossa Terra Ltda	MDSA / CONAB
Cooperativa De Produção E Desenvolvimento Rural Dos Agricultores Familiares De Santa Maria (Coopercedro)	(Ministério da Educação) Universidade Federal de Santa Maria
Cooperativa De Produtores De Uva E Derivados De Ametista Do Sul Ltda - Coperametista	(Ministério da Educação) Instituto Federal do Rio Grande do Sul – Campus Sertão
Cooperativa De Trabalhadores Assentados Da Região De Porto Alegre - Cootap	MDSA / CONAB
Cooperativa Dos Produtores Agrícolas Do Monte Bonito - Coopamb	(Ministério da Saúde) Grupo Hospitalar Conceição - GHC
Cooperativa Dos Produtores Orgânicos De Reforma Agrária De Viamão - Coperav	(Ministério da Saúde) Grupo Hospitalar Conceição - GHC
Cooperativa Dos Suinocultores Do Caí Superior - Ouro Do Sul	(Ministério da Educação) Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Cooperativa Mista Campos De Viamão Ltda - Comcavi	(Ministério da Defesa) 18º Batalhão de Infantaria Motorizada
Cooperativa Mista De Agricultores Familiares De Itati, Terra De Areia E Três Forquilhas - Coomafitt	(Ministério da Saúde) Grupo Hospitalar Conceição - GHC
Cooperativa Mista De Produtores Familiares De São Francisco De Assis	(Ministério da Defesa) 1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada
Cooperativa Mista Dos Pequenos Agricultores Da Região Sul - Coopar	(Ministério da Defesa) 8ª Brigada de Infantaria Motorizada
Cooperativa Regional Da Agricultura Familiar De Getúlio Vargas - Coopraf	(Ministério da Educação) Instituto Federal do Rio Grande do Sul – Campus Sertão
Cooperativa Santa Clara	MDSA / CONAB
Cooperativa Santiaguense Da Agricultura Familiar Ltda - Coopersaf	(Ministério da Defesa) 1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada
Coopertiva Centrão De Comercialização Da Agricultura Familiar - Cecaf	(Ministério da Educação) Instituto Federal do Rio Grande do Sul – Campus Sertão
Coopviva - Cooperativa De Consumo E Comercialização Dos Pequenos Produtores Rurais Do Litoral Norte Ltda	(Ministério da Defesa) 3º Batalhão de Infantaria Motorizada
Cotrirosa - Cooperativa Triticola Santa Rosa	MDSA / CONAB
Sucos Naturais Paludo Ltda	Ministério da Defesa e Forças Armadas
Torri & Torri Ltda Me	(Ministério da Defesa) 1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada
<b>Não Informado</b>	(Ministério da Educação) Universidade Federal de Pelotas
<b>SC</b>	
Cooperativa De Produção E Consumo Agroindustrial De Jaborá - Coperjaborá	MDSA / CONAB
Cooperativa Dos Agricultores Familiares De Rio Fortuna E Toda Santa Catarina Cooper - Familiar	(Ministério da Saúde) Grupo Hospitalar Conceição - GHC
Cooperativa Regional Agropecuária Sul Catarinense - Coopersulca	MDSA / CONAB
Cooperativa Regional Agropecuária Serrana - Cooperserra	(Ministério da Defesa) 1ª Batalhão Ferroviário
Cooperativa Regional Auriverde - Auriverde	MDSA / CONAB
Cooperativa Regional De Produtores Ecologistas Do Litoral Norte Do RS e de SC Ltda - Econativa	(Ministério da Educação) Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Cooperja - Cooperativa Agroindustrial	MDSA / CONAB
Cravil - Cooperativa Regional Agropecuaria Vale Do Itajaí	MDSA / CONAB
<b>SP</b>	
Cooperativa De Prod. Ind. E Com. Agropecuário Dos Assentados Agricultores Familiares Região Noroeste Do Estado De SP - (Coapar)	Ministério da Defesa e Forças Armadas

Fonte: CGDIA/SESAN, fev/2017.

## **2.5. ESTRATÉGIAS DE PROMOÇÃO DO PAA-CI ADOTADA EM 2016.**

As experiências em andamento no país demonstram o potencial do abastecimento dos equipamentos públicos do mercado institucional favorável a Agricultura Familiar. As políticas públicas de acesso ao mercado, desenvolvidas possibilitam que as experiências positivas se desenvolvam ajudando a consolidar relações fortes entre os elos da cadeia de fornecimento de alimentos nos territórios. A característica desse mercado coloca o Estado e Agricultores Familiares como atores no desenvolvimento de desenhos únicos em cada local e região.

É o uso do poder de compra do Estado junto a Agricultura Familiar, que pode permitir o acesso dos agricultores e suas organizações produtivas (cooperativas e associações) no mercado, gerando inclusão social, fortalecimento de redes de comercialização de circuitos curtos, qualificação de processos produtivos e consolidação das políticas públicas de fortalecimento da Agricultura Familiar e Segurança Alimentar e Nutricional.

Essas experiências positivas existentes no Brasil apresentam potencial multiplicador e estimulam uma alimentação mais adequada e saudável, contribuindo na qualidade da alimentação através da diversidade dos produtos ofertados, uma vez que os alimentos da agricultura familiar, na sua grande maioria, são mais frescos e minimamente processados.

Muitos aspectos ainda necessitam de qualificação, como o conhecimento da demanda dos órgãos compradores no território por parte dos empreendimentos da Agricultura Familiar bem como a melhor forma de atendimento. Conhecimento e qualificação da oferta, por parte do órgão comprador, que permitam bons resultados, definição de estratégias de gestão e da logística para atendimento dos mercados disponíveis, possibilidades de construção de redes de abastecimentos, circuitos ou centrais também são desafios diários já vivenciados e estimuladores de novas soluções tanto para gestores como produtores.

Dentre os avanços, ações e agendas estratégicas realizadas em 2016 pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário no que diz respeito a promoção da modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA-CI), cabe destacar as abaixo elencadas como as mais relevantes:

### ➤ **Avanços normativos**

- Implementação do Decreto nº 8.473/2015, obrigatoriedade administração pública Federal a partir de Jan/2016 que estabelece o percentual mínimo de 30% da AF.
- MP/CIT

### ➤ **Ações**

- A implementação do Portal de Compras da AF junto a órgãos públicos e empreendimentos.

Com o objetivo de promover as aquisições de alimentos da agricultura familiar pelos órgãos públicos e apoiar as prefeituras nas aquisições da merenda escolar, aproximando ofertantes de demandantes de alimentos da Agricultura Familiar, o Ministério de Desenvolvimento Social

e Agrário (MDSA), em parceria com o FNDE, lançou no segundo semestre de 2016, o Portal de Compras da Agricultura Familiar - [www.comprasagriculturafamiliar.gov.br](http://www.comprasagriculturafamiliar.gov.br)

A proposta desse ambiente virtual é divulgar e disponibilizar informações tanto para órgãos compradores das esferas federal, estadual, distrital e municipal, quanto para empreendimentos da Agricultura Familiar fornecedores de alimentos. Para isso o Portal mantém atualizadas: legislação, agenda nos estados, cadastros e modelos de editais executados, oferta organizada de alimentos por estado e editais de chamadas abertas do PAA-CI e do PNAE.

- Articulação com órgãos federais (MD, MEC, MS, MPOG) para implementação do Decreto nº 8.473 de 22 de junho de 2015;
- Cadastramento de empreendimentos no Portal visando qualificar oferta de alimentos;
- Divulgação de chamadas públicas, via informativo PAA-CI;
- Elaboração de materiais (manual, folder e cartilhas) de orientação aos gestores públicos e empreendimentos familiares;
- Projeto Piloto de Ensino à Distância para área de compras da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica em parceria com MEC e IFSULDEMINAS.

#### ➤ Principais Agendas

- Articulação com a Casa Civil projeto prioritário de compras públicas da agricultura familiar 2017-2018;
- Articulação via Cainsan Estaduais: ES, SC, TO;
- Articulação com SEBRAE Nacional e UNOPS/ONU e visita GHC e cooperativas/RS;
- Vídeo Conferência com o Instituto Federal Goiano e visita ao restaurante do MD para conhecer experiência;
- Reunião com representantes do Instituto Federal Goiano, Instituto Federal de Brasília, Instituto Federal de Goiás e MEC;
- Oficina com Gestores Estaduais do PAA-Leite;
- Articulação com MMA- Oficina PLANAFE – SEDR e Reunião BFN/SBF;
- TALLER FAO REAF/MERCOSUL - Asuncion/Paraguay
- Reunião com Ministério do Planejamento para monitoramento das compras da agricultura familiar via portal de Compras Governamentais.

#### ➤ Eventos

- Lançamento do Portal de Compras da Agricultura Familiar - Simpósio de Compras da Agricultura Familiar, CASA CIVIL-PR e MDSA (Brasília/DF);

- Seminário Regional Educação Alimentar e Nutricional + PAA Modalidade Compra Institucional em parceria com Conselho Federal de Nutrição - (Brasília/DF); (Belo Horizonte/MG); (Porto Alegre/RS); e (Curitiba/PR);
- Audiência Pública, Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas (Maceió/AL);
- Eventos com CONTAG - Painel “Mercados Institucionais”, no Encontro Estadual sobre Agroindustrialização e Mercados, (Guarapari/ES) e (Recife/PE);
- Participação na 7ª Reunião do Fórum Regional dos Gestores Responsáveis pelas Políticas de Apoio à Agricultura Familiar do Nordeste e Minas Gerais - Salvador/BA).



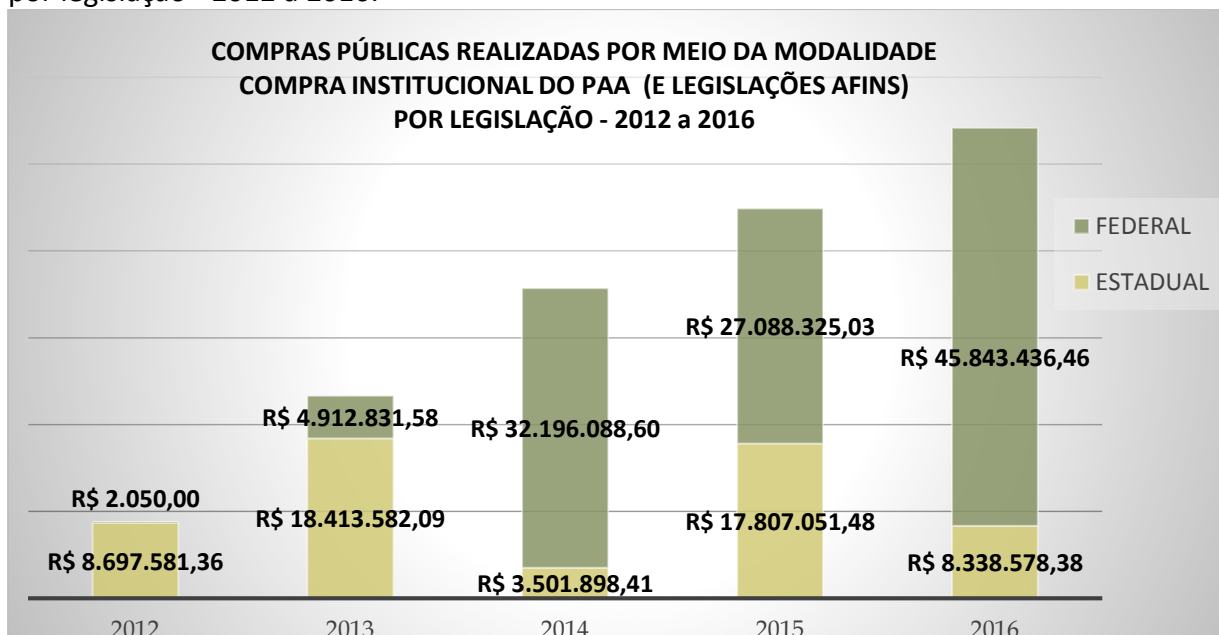
### 3. MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO NO PERÍODO - 2012 a 2016

#### 3.1. Monitoramentos da Execução 2012 a 2016 por “Legislação”

No período de 2012 a 2016, por meio do PAA-CI foram executados R\$ 110 milhões e por legislação Estaduais mais R\$ 52,4 milhões, somando 162,4 milhões.

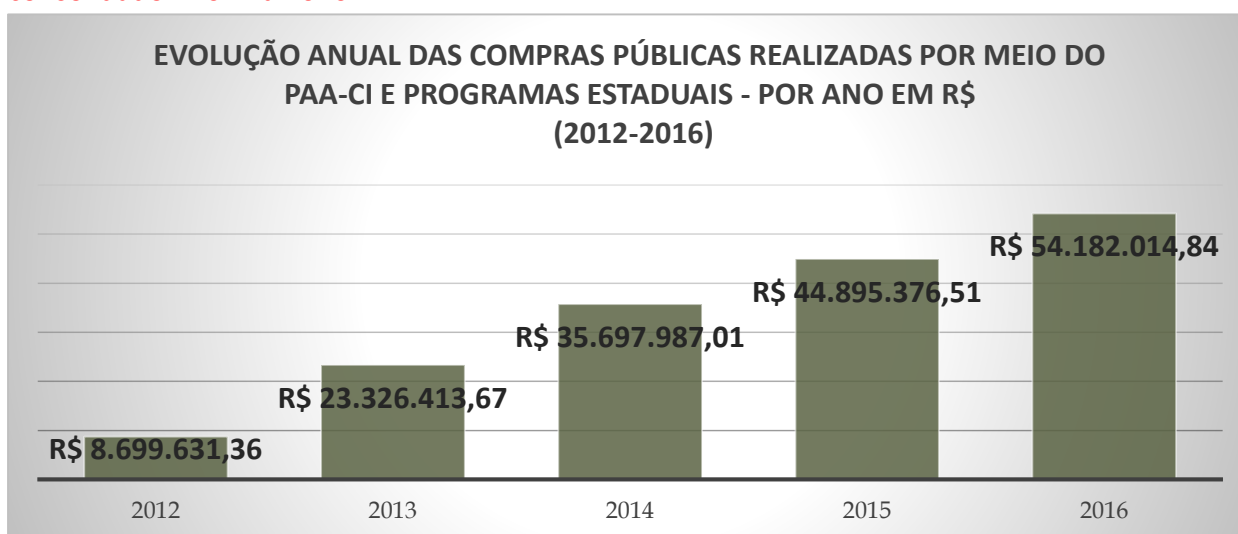
O gráfico abaixo apresenta a evolução de recursos investidos por legislação (federal e estaduais) das chamadas realizadas entre os anos de 2012 a 2016 para aquisição de alimentos da agricultura familiar.

**Gráfico III** – Evolução anual de recursos investidos em compras de alimentos da agricultura familiar por legislação - 2012 a 2016.



Fonte: CGDIA/SESAN, fev./2017.

**Gráfico IV** – Evolução anual de recursos investidos em compras de alimentos da agricultura consolidado - 2012 a 2016.



Fonte: CGDIA/SESAN, fev./2017.

No gráfico 1 podemos observar que houveram muita oscilação em relação aos valores contratados no que concerne a legislação estadual devido as dificuldades relacionadas a esse monitoramento, uma vez que não usam o sistema nacional. Em relação as compras realizadas por meio da legislação federal, elas mantiveram o seu ritmo de crescimento, com exceção de 2015 quando houve um decréscimo da compra das cestas de alimentos por parte do MDS devido aos ajustes no orçamento dessa ação com compensação em 2016 que se deram pelas aquisições realizadas principalmente pelo Ministério da Defesa.

No gráfico 2 podemos observar um forte crescimento das aquisições pela modalidade nos seus primeiros anos de implementação. (2012 ,2013 e 2014). De 2014 para 2015 o crescimento foi de 26%. De 2015 para 2016 o percentual de expansão foi de 23%. O progresso dessas compras se deve principalmente pela abertura do mercado das Forças Armadas e Ministério da Defesa aos produtos da agricultura familiar. Como descrito no item no item 6 com previsão de expansão para 2017.

### 3.2. Monitoramentos da Execução 2012 a 2016 por órgão executor

O quadro a seguir indica os maiores compradores da agricultura familiar no período 2012-2016, que utilizaram a modalidade PAA Compra Institucional ou programas estaduais. O órgão que mais executou durante esses anos foi o MDSA, principalmente com a compra de “cestas” para Ação de Distribuição de Alimentos – ADA, com valores chegando a R\$ 62,5 milhões. Em seguida o GDF com 40 milhões de reais seguido pelo Ministério da Defesa com 20 milhões de reais, pelo estado de SP com 16,4 milhões, Ministério da Educação com 12 milhões e Ministério da Saúde com 10 milhões, conforme quadro abaixo.

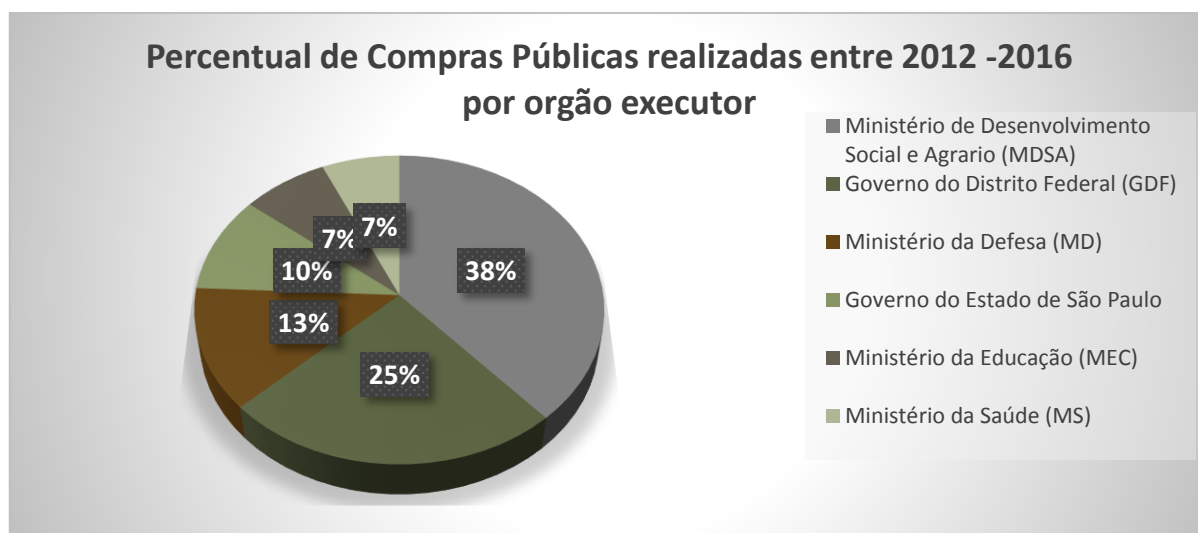
Quadro III: Tabela com os Órgãos executores com maior execução de compras públicas da agricultura familiar (Legislação Estadual e Federal)

ÓRGÃO EXECUTOR	VALOR CONTRATADO (2012 a 2016)
Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA)	R\$ 62.510.830,10
Governo do Distrito Federal (GDF)	R\$ 40.088.255,72
Ministério da Defesa (MD)	R\$ 20.752.039,97
Governo do Estado de São Paulo	R\$ 16.443.060,56
Ministério da Educação (MEC)	R\$ 12.148.408,64
Ministério da Saúde (MS)	R\$ 10.929.192,05

Fonte: CGDIA/SESAN, fev./2017.

O gráfico a seguir demonstra o monitoramento em percentual de recursos investidos entre os anos de 2012 a 2016 na aquisição de alimentos da Agricultura Familiar, por parte dos órgãos executores das diferentes esferas federativas (federal, estadual, distrital e municipal).

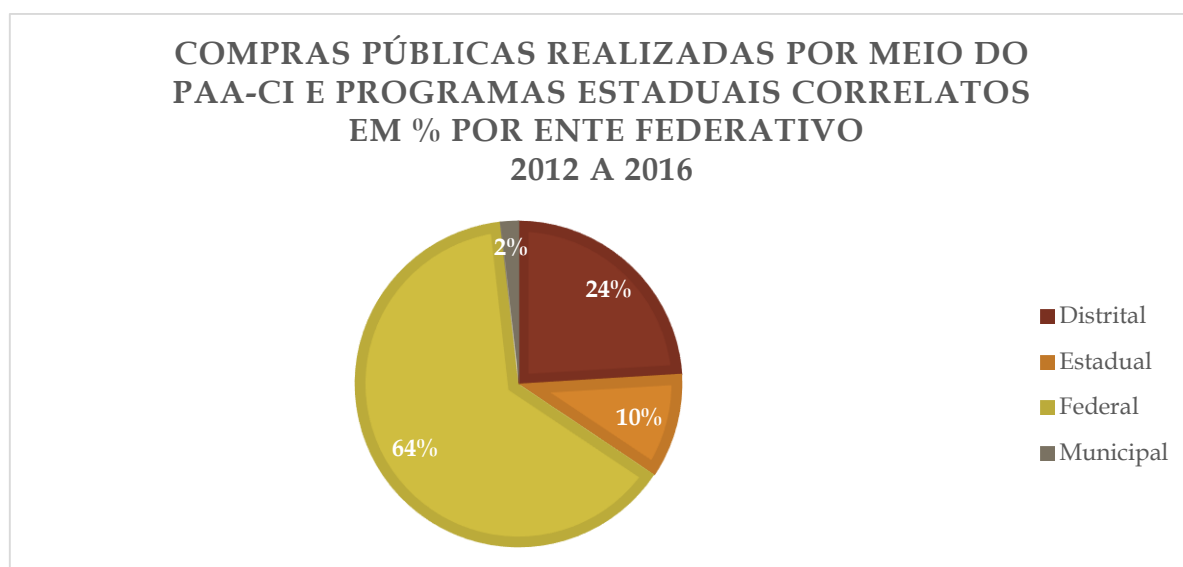
**Gráfico IV – Evolução anual de recursos investidos em compras de alimentos da agricultura por Órgão Executor - 2012 a 2016.**



Fonte: CGDIA/SESAN, fev./2017.

### 3.3. Monitoramentos da Execução 2012 a 2016 por órgão executor

O gráfico a seguir demonstra o monitoramento em percentual de recursos investidos entre os anos de 2012 a 2016 na aquisição de alimentos da Agricultura Familiar, por parte dos órgãos públicos das diferentes esferas federativas (federal, estadual, distrital e municipal).



Fonte: CGDIA/SESAN, fev./2017.

O valor executado no período de 2012 a 2016, das aquisições de alimentos da agricultura familiar, por meio da modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos, somado as aquisições estaduais, chegaram a R\$ 166.801.423,39. Desse montante, os órgãos federais respondem por 64% das aquisições, onde inferimos que deve existir uma qualificação das articulações com Estados e Municípios no sentido de aumentar as suas participações nas compras da agricultura familiar utilizando ou a legislação federal, ou legislações próprias para o fortalecimento desta política de promoção do desenvolvimento local sustentável.

**3.4 Quadro dos Empreendimentos que participaram da Modalidade Compra Institucional do PAA por UF de 2012 a 2016.**

<b>NOME EMPREENDIMENTO</b>	<b>TOTAL</b>
<b>AC</b>	<b>1</b>
COOPERATIVA CENTRAL DE COMERCIALIZAÇÃO EXTRATIVISTA DO ESTADO DO ACRE LTDA - COOPERACRE	
<b>AL</b>	<b>8</b>
AAGRAV - ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES ALTERNATIVOS DO MUNICÍPIO DE VIÇOSA	
COOPERATIVA PINDORAMA -COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DOS PRODUTORES RURAIS DA COLÔNIA PINDORAMA	
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO ASSENTAMENTO FLÔR DO BOSQUE	
ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES EM AGROECOLOGIA DO MUNICÍPIO DE PÃO DE AÇÚCAR	
COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE CAMPO GRANDE - COOPEAGRO	
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO LEITEIRA DE ALAGOAS - CPLA	
COOPERATIVA DOS PEQUENOS PRODUTORES DO VALE DO MUNDAÚ - COOPERVALE DO MUNDAU	
COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE MEL DE ABELHA E DERIVADOS LTDA	
<b>AM</b>	<b>6</b>
ADERCODES- ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DOS PRODUTORES DA COMUNIDADE DIVINO ESPIRITO SANTO DA COSTA DO MARRECÃO IV	
APARP- ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES AGRÍCOLAS DO RAMAL DO PUPUNHAL	
ASPROC- ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE CARAUARI	
ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES AGRO EXTRATIVISTA DE EIRUNEPÉ	
ASSOCIAÇÃO MÃO NA TERRA	
COOPANORE-COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DO NOVO REMANSO	
<b>BA</b>	<b>12</b>
COOPERBAHIA - COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA DO ESTADO DA BAHIA	
APIXSU - ASSOCIAÇÃO DOS APICULTORES DO EXTREMO SUL DA BAHIA	
APROBATC - ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO BAIXÃO, TREMEDAL E CARIRI	
ASSOCIAÇÃO DAS PRODUTORAS EM AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA DE FEIRA DE SANTANA	
ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA COSTA DA BALEIA E DO DESCOBRIMENTO	
ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIAR DA COMUNIDADE ARARA	
COOPAITA - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DE ITABERABA – COOPAITA	
COOPERATIVA AGROPECUARIA FAMILIAR DE CANUDOS, UAUÁ E CURAÇÁ - COOPERCUC	
COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA DO VALE DO JIQUIRICA - COOAMA	
COOPERATIVA DE PESCADORES E AGRICULTORES FAMILIARES DO VALE DE PEDRA DO CAVALO - COOPELAGO	
COOPERATIVA DE PRODUTORES RURAIS DE PRESIDENTE TANCREDO NEVES - COOPATAN	
COOPERATIVA DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIAR - COOPEIPE	

<b>DF</b>	<b>14</b>
APROFAL - ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DA FAZENDA LARGA	
ASPAG - ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE ALEXANDRE GUSMÃO	
ASPRAF - ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS E AGRICULTORES FAMILIARES DE SOBRADINHO	
ASSOCIAÇÃO DO GRUPO DE MULHERES PRODUTORAS DO ASSENTAMENTO CONTAGEM – FLORES DE CONTAGEM	
ASSOCIAÇÃO DOS AQUICULTORES E PESCADORES ARTESANAIS DA REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO - HAJAPEIXE-RIDE/DF	
ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE ALEXANDRE GUSMÃO - ASPAG	
ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS E ARTESANAIS DE PLANALTINA/DF - RURART	
ASSOCIAÇÃO MISTA DOS AGRICULTORES FAMILIARES, ORGÂNICO E PRODUTORES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO	
ASTRAF - ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS E AGRICULTORES DO ASSENTAMENTO CHAPADINHA	
AVINA - ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA AVICULTURA ALTERNATIVA DO DF	
COOPER HORTI - COOPERATIVA AGRÍCOLA BURITI VERMELHO	
COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE SÃO SEBASTIAO – COPAS	
COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS DO DISTRITO FEDERAL - MULTIFLOR	
COOTAQUARA - COOPERATIVA AGRÍCOLA DA REGIÃO DE PLANALTINA	
<b>GO</b>	<b>5</b>
COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS DE PLANALTINA DE GOIÁS E REGIÃO (PRORURAL)	
COOPERATIVA MISTA AGROPECUÁRIA DO RIO DOCE – COPARPA	
COOPERATIVA MISTA AGROPECUARIA DOS PRODUTORES RURAIS NO MUNICIPIO DE MINACU-GOIAS - COOAPRACU - COOPAPRAÇU	
COOPERATIVA MISTA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE IPORÁ E REGIÃO	
COOPERATIVA MISTA DOS AGRICULTORES FAMILIARES, EXTRATIVISTAS, PESCADORES, VAZANTEIROS E GUIAS TURISTICOS DO CERRADO - COOPCERRADO	
<b>MG</b>	<b>11</b>
APIBOC - ASSOCIAÇÃO DOS APICULTORES DE BOCAIUVA	
ARCA - ASSOCIAÇÃO REGIONAL DE COOPERAÇÃO E APOIO A AGRICULTURA FAMILIAR	
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA FAMILIAR DOS PRODUTORES DO PÃO DE AÇUCAR	
ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE ARAPONGA	
ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE PIEDADE	
ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES E PRODUTORAS RURAIS DE DIVINO E ORIZÂNIA	
ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE SANTO INÁCIO	
COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR SOLIDÁRIA DE ESPERA FELIZ- COOFELIZ	
COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR SUSTENTÁVEL COM BASE NA ECONOMIA SOLIDÁRIA LTDA – COPABASE	
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO DA ECONOMIA SOLIDARIA DE TOMBOS - COOPROSOL	
COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE POÇO FUNDO E REGIÃO - COOPFAM	
<b>MS</b>	<b>1</b>

COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR DE CORUMBÁ, LADÁRIO E REGIÃO	
<b>MT</b>	<b>1</b>
COOPERATIVA AGROPECUÁRIA MISTA TERRANOVA LTDA – COOPERNOVA	
<b>PE</b>	<b>1</b>
COOPERATIVA DE DESENVOLVIMENTO DA APICULTURA DO NORDESTE BRASILEIRO - COODAPIS NORDESTE	
<b>PI</b>	<b>1</b>
ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO RURAL	
<b>PR</b>	<b>14</b>
AGRICULTORES FAMILIARES INDIVIDUAIS	
ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA FAZENDA RIO GRANDE	
COAFASO - COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR E SOLIDÁRIA DO OESTE DO PARANÁ	
COOFAMEL - COOPERATIVA AGROFAMILIAR SOLIDÁRIA DOS APICULTORES DA COSTA OESTE DO PARANÁ	
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DA LAPA	
COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE PRODUTOS ORGÂNICOS	
COOPERATIVA CENTRAL DE CAPTAÇÃO DE LEITE – COOPLEITE	
COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR INTEGRADA – COOPAFI	
COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR INTEGRADA DE REALEZA	
COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR INTEGRADA DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE - COOPAFI SAS	
COOPERATIVA DE COMERCIALIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA AVANTE - COANA	
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA VITÓRIA - COPAVI	
COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE RIO AZUL - COAFRA	
COOPERATIVA MISTA DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO CAMPONESA DO PARANÁ - CPC/PR	
<b>RN</b>	<b>10</b>
AFCC - ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA COMUNIDADE DE CAMPINAS	
AMPRORQUA - ASSOCIACAO DAS MULHERES PRODUTORAS RURAIS COMUNIDADE QUANDU ADJACENCIAS MUNICIPIO CURRAIS NOVOS	
ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS DO TRANGOLA	
CAPESA	
COOAFAM - COOPERATIVA DE AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE MOSSORO E REGIAO	
COOAFARN - COOPERATIVA CENTRAL DA AGRICULTURA FAMILIAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	
COOFAP - COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR DE APODI	
COOPAPI - COOPERATIVA POTIGUAR DE APICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTAVEL	
COOPSERIDO -  COOPERATIVA DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTAVEL DE AGRICULTORES FAMILIARES DO SERIDO	
GUANCOOP - COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS DE GUANDUBA GUANCOOP	
<b>RO</b>	<b>1</b>
COOPERATIVA DE PRODUTORES RURAIS DE AGROINDUSTRIA E DA AGRICULTURA FAMILIAR DE JARU E REGIAO - COAJAR	
<b>RS</b>	<b>42</b>

ADEGA MASCARELLO LTDA – ME	
AGROINDÚSTRIA MORRO AZUL DE ISAIAS BENCK BECKER ME	
CAMPNAP - COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA NOVA PALMA LTDA	
COOPASVALE - COOPERATIVA AGRÍCOLA DE PASSO DO SOBRADO E VALE VERDE LTDA	
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL NOVA ALIANÇA LTDA	
COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE ARROIO DO PADRE - COOPAP	
COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE SERTÃO SANTANA	
COOPERATIVA AGROPECUÁRIA PETROPÓLIS LTDA.- COOPERATIVA PIÁ	
COOPERATIVA CENTRAL AGROFAMILIAR – AGRICOOP	
COOPERATIVA CENTRAL DE COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR - CECAF	
COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR DE IVORA	
COOPERATIVA DE AGRICULTORES E AGROINDUSTRIAS FAMILIARES DE CAXIAS SUL - CAAF	
COOPERATIVA DE PEQUENOS AGROPECUARISTAS DE ERVAL GRANDE LTDA - COOPerval	
COOPERATIVA DE PEQUENOS AGROPECUARISTAS DE IBIRUBA LTDA - COOPERAGRI	
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA NOVA SANTA RITA – COOPAN	
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO FAMILIAR NOSSA TERRA LTDA	
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE SANTA MARIA (COOPERCEDRO)	
COOPERATIVA DE PRODUTORES DE UVA E DERIVADOS DE AMETISTA DO SUL LTDA - COPERAMETISTA	
COOPERATIVA DE TRABALHADORES ASSENTADOS DA REGIÃO DE PORTO ALEGRE - COOTAP	
COOPERATIVA DOS APICULTORES E FRUTICULTORES DA ZONA SUL - CAFSUL	
COOPERATIVA DOS CITRICULTORES ECOLÓGICOS DO VALE DO CAÍ LTDA - ECOCITRUS	
COOPERATIVA DOS PRODUTORES AGRÍCOLAS DO MONTE BONITO - COOPAMB	
COOPERATIVA DOS PRODUTORES ORGÂNICOS DE REFORMA AGRARIA DE VIAMÃO - COPERAV	
COOPERATIVA DOS SUINOCULTORES DO CAÍ SUPERIOR - OURO DO SUL	
COOPERATIVA MISTA CAMPOS DE VIAMAO LTDA - COMCAVI	
COOPERATIVA MISTA DE AGRICULTORES FAMILIARES DE ITATI, TERRA DE AREIA E TRÊS FORQUILHAS - COOMAFITT	
COOPERATIVA MISTA DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO CAMPONESA DO RIO GRANDE DO SUL - CPC/RS	
COOPERATIVA MISTA DE PRODUTORES FAMILIARES DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS	
COOPERATIVA MISTA DOS PEQUENOS AGRICULTORES DA REGIÃO SUL - COOPAR	
COOPERATIVA MISTA E DE TRABALHO ALTERNATIVO LTDA - COONALTER	
COOPERATIVA REGIONAL DA AGRICULTURA FAMILIAR DE GETULIO VARGAS - COOPRAF	
COOPERATIVA REGIONAL DA REFORMA AGRARIA MÃE DA TERRA – COPERTEERRA	
COOPERATIVA SANTA CLARA	
COOPERATIVA SANTIAGUENSE DA AGRICULTURA FAMILIAR LTDA - COOPERSAF	
COOPERATIVA SUL ECOLÓGICA DE AGRICULTORES FAMILIARES - COOPERATIVA SUL ECOLÓGICA	
COOPERATIVA SUL RIO GRANDENSE DE LATICÍNIOS – COSULATI	
COOPERATIVA UNIÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE CANGUÇU	
COOPIBI - COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA IBIRAIARAS LTDA	

COTRIROSA - COOPERATIVA TRITÍCOLA SANTA ROSA	
SUCOS NATURAIS PALUDO LTDA	
TORRI & TORRI LTDA ME	
COOPVIDA- COOPERATIVA DE CONSUMO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO LITORAL NORTE LTDA	
<b>SC</b>	<b>9</b>
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO AGROINDUSTRIAL DE JABORÁ - COPERJABORÁ	
COOPERATIVA DOS AGRICULTORES ECOLÓGICOS DAS ENCOSTAS DA SERRA GERAL - COOPERAGRECO	
COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE RIO FORTUNA E TODA SANTA CATARINA COOPER - FAMILIAR	
COOPERATIVA REGIONAL AGROEPCUÁRIA SUL CATARINENSE - COOPERSULCA	
COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUÁRIA SERRANA- COOPERSERRA	
COOPERATIVA REGIONAL AURIVERDE - AURIVERDE	
COOPERATIVA REGIONAL DE PRODUTORES ECOLOGISTAS DO LITORAL NORTE DO RS E SUL DE SC LTDA - ECONATIVA	
COOPERJA - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL	
CRAVIL - COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI	
<b>SE</b>	<b>5</b>
ASPROCRIU - ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES E CRIADORES DA UNIÃO	
COOPERATIVA AGROPECUÁRIA E DE PRODUÇÃO DE POÇO VERDE - COOPERVE	
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA DE MOITA BONITA - COOPERAFES	
COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE FARINHA DE MANDIOCA DO MUNICÍPIO DE CAMPO DO BRITO LTDA - COOFAMA	
COOPERATIVA DOS PRODUTOS AGRICOLAS DO TERRITÓRIO SUL DE SERGIPE - COOPTASUL	
<b>SP</b>	<b>3</b>
COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DOURADOS - COOPERDOURADOS	
COOPERATIVA DE PROD. IND. E COM. AGROPECUÁRIO DOS ASSENTADOS AGRICULTORES FAMILIARES REGIÃO NOROESTE DO ESTADO DE SP (COAPAR)	
COOPERATIVA DOS ASSENTADOS DE REFORMA AGRÁRIA E PEQUENOS PRODUTORES DA REGIÃO DE ITAPEVA - COAPRI	
<b>PA</b>	<b>4</b>
ASSOCIAÇÃO PARQUE DOS ARANCUANS DO CAFEZAL-APAC	
COOPERATIVA DE PRODUTOS E AGRICULTORES DE LIVRAMENTO- COPALI	
ASSOCIAÇÃO MISTA DE AGRICULTORES DA COMUNIDADE MENINO DEUS	
CENTRAL DE EXTRAT. E AGRICULT. DAS REG. METROP. MARAJÓ E NORD. DO EST. PARÁ- CEAREPA	
<b>TOTAL</b>	<b>149</b>

Fonte: CGDIA/DECOM/MDS, 2016.